

IMPORTAÇÕES PÚNICAS NO ALGARVE: CRONOLOGIA E SIGNIFICADO

Ana Margarida Arruda*

Resumo

Em vários sítios do litoral algarvio existem dados que evidenciam relações estreitas entre esta região e o que, convencionalmente, se designa por área púnica. Neste trabalho apresentam-se esses dados, dando-se particular atenção aos que eu própria pude recolher nas escavações que tenho vindo a dirigir no Castelo de Castro Marim. Os numerosos materiais importados obtidos nesses trabalhos arqueológicos serão analisados à luz dos seus possíveis centros produtores, tendo-se tentado relacionar os resultados com o âmbito comercial dessas importações.

As características morfológicas e físicas das numerosas ânforas recolhidas em Castro Marim mostram como as relações entre o mundo «punicizante» e o Sul português se materializaram em importações de produtos alimentares, importações essas que decorreram entre o século V e o inícios do século III a.C. Com este mesmo âmbito cronológico, cerâmicas de mesa, fabricadas no Norte de África e na região meridional espanhola, chegaram ao actual Algarve, parecendo também evidente que o abastecimento da cerâmica ática aos sítios algarvios deve relacionar-se com o papel que Cádiz representou na gestão do comércio ocidental, durante toda a Idade do Ferro.

A análise dos dados tornou, também, claro como as relações comerciais estabelecidas durante a 2.^a metade do I milénio a.C. estão, afinal, na continuidade da actividade comercial desenvolvida, num momento imediatamente anterior, entre o litoral algarvio e os centros fenícios ocidentais.

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Apesar de estar absolutamente consciente da ambiguidade de que se reveste o conceito de «púnico», ele foi utilizado neste trabalho num sentido eminentemente cronológico, referindo-me pois aqui às áreas do Mediterrâneo Central e Ocidental tocadas pelas colonizações fenícia e cartaginesa, num período posterior ao final do século VI a.C. Assim, mesmo sabendo que não deve falar-se de colonos cartagineses no litoral de Málaga e Granada ou mesmo em Gádir, em época pré-bárcida, usei, no entanto, o termo púnico para me referir também a essas regiões e às suas produções cerâmicas da segunda metade do 1.º milénio a .C.

1. Introdução

Não posso deixar de iniciar este meu trabalho por referir que estou absolutamente consciente da ambiguidade de que se reveste o seu título. Não pretendo aqui iniciar um qualquer debate destinado a clarificar o conceito de púnico, não posso deixar de referir que o mesmo continua, ainda hoje, a ser utilizado para referir realidades distintas, remetendo muitas vezes para áreas que não parecem ter sofrido qualquer colonização cartaginesa em época pré-bárcida.

É este, justamente, o caso do Sul da Península Ibérica, onde nem as fontes clássicas nem os testemunhos arqueológicos permitem afirmar, com segurança, que Cartago tenha tido uma qualquer soberania territorial sobre áreas do Sudoeste peninsular, em momento anterior ao século III a.C., como sempre pretendeu a historiografia tradicional. As informações dos textos clássicos quanto a este tema são vagas e escassas, não sendo seguro que Herodoto, Timeu, Diodoro, Avieno ou mesmo Políbio, entre outros, ao falarem de púnicos estejam efectivamente a referir-se a colonos de Cartago (Peña, 1986; Hoz, 1990; Lopez Castro, 1990; Wagner, 1999, neste mesmo colóquio Amílcar Guerra), ou, pelo contrário, se mencionavam a presença, essa sim arqueologicamente confirmada, de populações levantinas na área meridional da Península Ibérica.

Por outro lado, a documentação arqueológica existente para a segunda metade do 1.º milénio a.C. é escassa quanto a importações cartaginesas, devendo, no entanto, referir-se a sua presença pelo menos em Ibiza e Villaricos. Neste último sítio, o culto a Tanit ficou, de facto, demonstrado pelas numerosas terracotas que representam a deusa cartaginesa e ainda por outros objectos, como por exemplo ovos de avestruz e lucernas de âmbito claramente púnico. Tais evidências não invalidam, no entanto, o facto de a antiga *Baria* ter sido uma fundação tíria, situação aliás que parece repetir-se em Ibiza, onde uma colonização fenícia arcaica precedeu em vários séculos a colónia cartaginesa referida por Diodoro.

Como bem acentuou recentemente Carlos Wagner (1999: 515), apesar de Justino mencionar que Cartago se apoderou dos territórios anteriormente possuídos por Gádir, deve ter-se em atenção que Tito Lívio refere a mais antiga colónia fenícia ocidental como aliada e não submetida a Cartago. Considerar púnicos os agentes da colonização fenícia no Extremo Ocidente, que, ao que tudo indica, e ao contrário do que se viria a verificar no Norte de África, Sicília e Sardenha, mantiveram, pelo menos até ao período compreendido entre duas primeiras guerras púnicas, política, cultural e socialmente uma total independência em relação a Cartago, parece uma generalização a evitar.

É evidente que não pretendo negar a existência de interesses da potência africana na Península Ibérica e de relações estreitas, comerciais e outras, entre as duas regiões, interesses e relações bem evidenciados tanto no texto de Justino como mesmo no tratado romano-cartaginês de 348 a.C. A utilização de mercenários iberos na I Guerra Púnica é um outro dado a reter no momento de avaliar o tipo de relações existentes.

Estas linhas servem sobretudo para clarificar que utilizo neste texto o termo púnico com um duplo sentido. Assim, se no caso das produções cerâmicas da área gaditana, do século V a.C. em diante, o conceito tem um sentido eminentemente cronológico, independentemente de ter dificuldade em admitir que essa região tenha sido, nesse momento, uma colónia cartaginesa, já no caso de Kouass ou mesmo da Sardenha o conceito é usado em termos estritos, uma vez que não restam dúvidas sobre a ocupação cartaginesa e o seu carácter.

2. Os materiais «púnicos» do Castelo de Castro Marim

2.1. O contexto histórico das importações mediterrâneas da 2.ª metade do 1 milénio, no Castelo de Castro Marim

A presença, em Castro Marim, de espólios datáveis da segunda metade do 1.º milénio a.C., e culturalmente filiados na área mediterrânea, está em grande parte justificada pelos contactos que este sítio algarvio manteve, desde cedo, com as colónias fenícias do litoral andaluz. De facto, são aqui abundantes os materiais que revelam que Castro Marim foi, a partir de meados/finais do século VII a. C., um centro de consumo de produtos mediterrâneos, parecendo evidente que as importações do século V a .C. em diante estão na sequência directa das que se registaram nos dois séculos precedentes. Neste contexto, convém pois recordar que os primeiros níveis sidéricos deste sítio revelaram uma cultura material de cariz eminentemente orientalizante de que se destacam a cerâmica de

engobe vermelho, os vasos pintados em bandas polícromas, a cerâmica cinzenta fina polida, as trípodas e as «ânforas de saco» ou R1. Estes materiais evidenciam contactos estreitos com a área da colonização fenícia ocidental e comprovam a existência de um comércio relativamente intenso com essa mesma área.

Nesta fase antiga, as ânforas, por exemplo (Fig. 2, n.º 1 e 2), integram-se, maioritariamente, no tipo 10.1.2.1. de Ramón Torres (1995: 230-231, Fig. 196-198), devendo chamar-se a atenção para o facto deste tipo anfórico ter sido fabricado no Sul de Espanha, em ambiente fenício, e de a sua produção estar documentada entre os meados do século VII e os meados do século VI a.C., em cronologia tradicional ou histórica. Mais tardias são as ânforas que pude incluir ainda no grande grupo R1 (Fig. 2, n.º 3), mas que são atribuíveis a uma forma relativamente evoluída que poderá aparentar-se com os tipos 1.3.1.3., 1.3.2.4. e 10.2.2.1. de Ramón Torres (*ibid.*: 170-171, 172-173, Fig. 144 e 146-148). Estas ânforas foram também fabricadas na Andaluzia meridional, em ambiente fenício púnico, estando a sua produção documentada apenas a partir da segunda metade do século VI a.C., em cronologia tradicional ou histórica. Enquanto os tipos 1.3.1.3. e 1.3.2.4. correspondem a ânforas produzidas exclusivamente em oficinas da área de Villaricos, e não parecem ter tido grande difusão, as ânforas 10.2.2.1 foram fabricadas em vários centros oleiros fenícios da área do Estreito de Gibraltar, nomeadamente em Málaga, mas também em Marrocos e em vários outros locais do Ocidente (*ibid.*).

Os vasos pintados em bandas pertencem, quase sempre, a *pithoi*, existindo, no entanto, um exemplar que se destaca pelo seu perfil relativamente incomum (Fig. 3). Trata-se de um vaso, com quatro asas bifidas, corpo globular e colo tronco-cónico de paredes rectas que é rematado por um bordo exvertido, espessado e de perfil triangular. Se, até este momento, vasos deste tipo se encontram ausentes dos inventários dos sítios portugueses, eles foram, no entanto, registados no território espanhol, nomeadamente em Cruz del Negro (Aubet, 1976-78: 273, Fig. 3-12, Fig. 6-D), e também no Norte de África, tanto na costa mediterrânea como na atlântica, como ficou evidenciado na necrópole de Rachgoun – Orão, Argélia (Vuillemot, 1955: 14-15, Fig. IV.1) e em Mogador, (Jodin, 1966: 157, Fig. 32). Parece ainda importante referir que este tipo de vasos, de corpo esférico e colo curto e exvasado, tem origem em formas conhecidas na tipologia fenícia arcaica, concretamente na «...denominada cratera o ánfora de asas verticales, tan frecuente en Fenicia e Palestina desde los siglos IX-VIII a. de J.C.» (Aubet, 1976-78: 275, nota 16), o que realmente se pode confirmar pelo seu aparecimento em Tiro, a partir de meados do século VIII a.C. (Bikai, 1978: pl. XIV, n.º 8).

A trípode de Castro Marim integra-se no tipo mais frequente, possuindo bordo com lábio pendente, oblíquo e de secção triangular (Fig. 4). Trípodas

formalmente semelhantes à que recolhi no Castelo de Castro Marim encontram-se em toda a orla do Mediterrâneo Central e Oriental, em povoados e necrópoles fenícios ou indígenas orientalizados. No Norte de África, são conhecidas nos níveis arcaicos de Cartago (Vegas, 1989: 248-249) e em Orão, concretamente em Rachgoun (Vuillemot, 1955: Fig. 18) e Mersa Madakh (Vuillemot, 1954: Fig. 26). Ainda em África, mas já no litoral atlântico foram exumados vários exemplares em Mogador (Jodin, 1966: 132-141, Fig. 27 e 28). Em Sa Caleta e na Baía de Ibiza, as trípodas de lábio pendente são também frequentes (Ramón Torres, 1994: fig. 12, n.º 5; *idem*, 1999: 178-181, Fig. 14). Na Andaluzia, os vasos trípodas de lábio pendente estão documentados nos sítios fenícios, como por exemplo em Toscanos (Schubart, Niemeyer e Pellicer, 1969: 141-142, Fig. 7 a e b; Schubart e Niemeyer, 1969: Fig. 5b; Schubart e Maass-Lindemann, 1984: 133-135, Fig. 19), no Cerro del Villar (Barcelló *et al.*, 1995: Fig. 5 f-i) e em Doña Blanca, onde aparecem cobertos de engobe vermelho (Ruiz Mata e Perez, 1995: Fig. 21, n.º 6). Em ambiente indígena, foram, igualmente, recolhidas trípodas, de que destaco os exemplares de Carmona (Bonsor, 1899: 313, fig. 116), Cruz del Negro (Monteagudo, 1953-54: Fig. 7-9) e Huelva (Blanco, Luzón e Ruiz Mata, 1970: Fig. 12; Fernandez Jurado 1988-89: Fig. XL). Nos sítios orientalizantes do SE espanhol, as trípodas também fazem parte do conteúdo dos inventários, sendo abundantes em sítios como Peña Negra (González Prats, 1986: 285, Fig. 3) ou Saladares (Arteaga e Serna, 1975: Fig. 4, 1).

Recentemente, Ramón Torres (1999) propôs que a generalização deste tipo de trípodas pode ter acontecido num momento impreciso da segunda metade do século VII a.C., em cronologia tradicional, proposta que ganha consistência se tivermos em conta a sua presença na fase II de Peña Negra, datada entre 675 e 600 a.C. (González Prats, 1985: 281).

A cerâmica de engobe vermelho é escassa e de reduzidas dimensões, o que dificultou um enquadramento tipológico preciso, podendo apenas dizer-se que se trata sobretudo de pratos de bordo largo e aplanado, com pé apenas indicado.

A cerâmica cinzenta fina polida foi recolhida em todas as camadas da Idade do Ferro, estando, nos níveis inferiores, apenas documentada a taça de bordo espessado e engrossado, o vaso mais característico dos contextos orientalizantes peninsulares. Estes pratos ou taças baixas, destinados ao serviço de mesa, são frequentíssimos nos sítios orientalizantes da Península Ibérica, tanto no território actualmente português como na área meridional espanhola, Levante e Extremadura, quer nos estabelecimentos fenícios da Andaluzia costeira, quer nos *habitats* e necrópoles indígenas da mesma

Andaluzia, atingindo a Extremadura e o Levante. Tudo indica que começou a ser fabricada, no litoral andaluz, ainda no século VIII a.C., apesar do apogeu da sua utilização dever datar-se entre os séculos VII e VI a.C., havendo contudo dados para afirmar que, mesmo na área meridional da Península Ibérica, foi utilizada até, pelo menos, ao século IV a.C.

2.2. As importações «púnicas» do Castelo de Castro Marim

2.2.1. As ânforas

No conjunto do espólio da 2.^a metade do I milénio a.C. recuperado no Castelo de Castro Marim, destaca-se um importante lote de ânforas de várias tipologias e origens.

Por razões óbvias, começo por apresentar aquelas cuja área de produção pode considerar-se púnica, no sentido lato do termo.

O grupo mais numeroso é sem dúvida composto por ânforas de bordo espessado internamente, sem ombro ou colo e com corpo de tendência bi-cónica, de paredes rectilíneas (Fig. 5 e 6). Correspondem ao tipo 8.1.1.2. de Ramón Torres (1995: 222, Fig. 186) e foram recolhidas em Castro Marim em todos os níveis arqueológicos do século V a III a.C. A sua produção é presumida «... en una franja de la costa atlántica de Cádiz y/o zonas adyacentes.» (*ibid.*). Os exemplares de Castro Marim possuem todos as mesmas características físicas, podendo deduzir-se que uma única área produtora abasteceu o sítio algarvio. Possuem pastas de textura arenosa, com abundantes componentes não plásticos de reduzidas dimensões, que incluem grãos de quartzo, calcites, e escassa micas. Têm, geralmente, núcleo cinzento e superfícies castanhas claras alaranjadas, as quais, por vezes, se apren-tam cobertas por um engobe bege. Esta estrutura física permite atribuir as ânforas 8.1.1.2. de Castro Marim ao Grupo «Baía de Cádiz» de Ramón Torres (*ibid.*: 256), cujos centros produtores fabricaram, em grande escala, estes contentores.

Muito mais raras são as ânforas conhecidas pela designação genérica de Mañá Pascual A4 (Fig. 7). Trata-se de ânforas sem colo, de boca estreita, com bordo reentrante espessado externa e/ou internamente, e ombros altos e arredondados, separados do corpo por uma carena. A face externa do lábio pode ser arredondada ou aplanada, e está, na maioria dos casos, separada da parede do ombro por um canelura. Em Castro Marim, surgiram, maioritariamente, em níveis dos finais do século V a.C. e da primeira metade do século IV.

A produção desta forma está muito bem documentada em todo o Ocidente «púnico», existindo evidências do seu fabrico na Baía gaditana, por exemplo, em Las Redes - Puerto de Santa Maria (Frutos *et al.*, 1988) e na costa de Málaga, de que o forno de Cerro del Villar é um bom testemunho (Aubet *et al.*, 2000). Estes contentores conheceram uma enorme expansão e difusão, não só em todo o Mediterrâneo, ocidental, mas também central e oriental. Vários sítios da costa Atlântica, como por exemplo Castro Marim, La Tiñosa, Cerro da Rocha Branca, e mesmo Castelo de Alcácer do Sal e Santarém forneceram ainda ânforas deste tipo.

Alguns dos exemplares de Castro Marim (Fig. 7, n.º 1 e 2) integram-se bem no sub-grupo 11.2.1.0 de Ramón Torres (1995: 233, Fig. 199-208), havendo apenas um (Fig. 7, n.º 3) que pode incluir-se no tipo 12.1.1.1. (*ibid.*: 237; 572, Fig. 209). Neste último caso, o bordo é apenas engrossado, apresentando uma forma geral arredondada. Este fragmento também se diferencia dos restantes pelas suas características físicas, uma vez que a pasta é clara (bege esverdeado), esponjosa, com poucos e.n.p. de reduzidas dimensões. Os exemplares do sub-grupo 11.2.1.0. acusam cozeduras fortes, têm pastas compactas, com abundantes componentes não plásticos (calcites, quartzos, elementos silto-ferruginosos) de dimensões reduzidas e médias. A cor é laranja claro, notando-se, num fragmento, um núcleo cinzento claro acastanhado. Estas características permitem pensar que estas ânforas podem ter sido fabricadas em qualquer dos centros produtores do Ocidente, nomeadamente na Argélia Ocidental, Marrocos ou Andaluzia Meridional. Há, no entanto, indícios que a 12.1.1.1., mais tardia, pode ter origem no Norte de África, ao contrário das que inclui no sub-grupo 11.2.1.0., que talvez sejam produções da Baía de Cádiz ou da costa de Málaga.

Para além destas produções «púnicas», existe em Castro Marim um conjunto de ânforas cujos centros produtores não foram ainda identificados, mas que parecem situar-se ainda no Ocidente peninsular, mas em meio eminentemente indígena. São ânforas muitas vezes denominadas «ibero-púnicas» ou mesmo «púnicas-turdetanas», designações que, aliás, partilham com outras produzidas nos centros oleiros ocidentais directamente conectados com o mundo fenício-púnico, como as acima analisadas, situação que me parece de rever. O facto de se tratar de peças produzidas na Península Ibérica em meio indígena distingue-as das produções peninsulares de âmbito fenício-púnico, pelo que considero que uma mesma designação, que, para mais, remete para um sentido específico, é de evitar, parecendo-me, neste caso, mais correcto falar de ânforas «ibero-turdetanas».

Em níveis da segunda metade do século V e da primeira metade do século IV a.C., recolhi ânforas de tendência cilíndrica, sem colo, de boca estreita, com bordo muito reentrante, sem espessamento ou apenas muito ligeiramente engrossado no interior. O corpo é cilindróide, com ombros que apresentam acentuada convexidade, sem que exista qualquer ruptura na trajectória da parede superior do corpo (Fig. 8). Em alguns exemplares deste grupo, o bordo é destacado da parede do ombro por uma canelura. Tornou-se difícil averiguar a área de produção das ânforas deste tipo encontradas em Castro Marim, sendo no entanto importante referir que pude recolher alguns fragmentos de bordo que apresentam sinais de terem sido sujeitos a altas temperaturas, pelo que parece possível admitir uma produção local. De qualquer forma, na área central do Mediterrâneo, concretamente na Sardenha, Sicília Ocidental (Mozia), e na região central do Norte de África, foram produzidas nos séculos V e IV a.C., ânforas formalmente semelhantes, e que correspondem aos tipos 4.1.1.3., 4.2.1.1., 4.2.1.2., 4.2.1.3. e 4.2.1.10 de Ramón Torres (*ibid.*: 185-191). No entanto, não deve perder-se de vista que a mesma forma surge, abundantemente, em todo o vale do Guadalquivir, onde a produção e circulação, iniciadas nos finais do século V, terá atingido o fim do século II a.C., como se deduz da estratigrafia de Macareno (Pellicer Catalán, 1982; 1983). Trata-se do que Pellicer Catalán designou como forma D4 (*ibid.*) e que no território actualmente português se encontra representada também em outros locais, como por exemplo, no Cerro da Rocha Branca e nos Chões de Alpompe (Diogo, 1993) e na Alcáçova de Santarém, onde surge em níveis datáveis do século III e II a.C.

As pastas dos exemplares algarvios não são, completamente, homogéneas, o que pode traduzir distintas áreas de importação, que não sei ainda, no entanto, localizar com exactidão. A grande maioria parece, contudo, corresponder a um único centro produtor, apesar de existirem diferenças acentuadas entre os exemplares, quanto à intensidade da cozedura, à cor, à densidade de e.n.p. e até mesmo à existência ou não de engobes. Mas as pastas são, quase sempre, de cozedura média, de cor laranja claro, possuindo, muitas vezes, núcleo cinzento claro, cinzento esverdeado ou cinzento alaranjado. Os componentes não plásticos, variando quanto ao número, são de reduzidas dimensões e incluem elementos silto-ferruginosos, micas, calcites, quartzos e partículas de xisto. As superfícies externas das ânforas com este tipo de pasta estão, por vezes, cobertas por um engobe branco amarelado ou bege. Pude identificar um outro fabrico, onde os e.n.p. são mais escassos, de menores dimensões e compreendem, exclusivamente, minúsculas partículas de mica prateada e escassíssimos grãos de quartzo. As pastas são de tonalidade clara (bege ou cinzento claro), mas são pulverulentas.

Quanto a este tipo anfórico, ocorre-me ainda dizer que mesmo que os exemplares de Castro Marim não tenham origem na área púnica, *strictu sensu*, não posso deixar de acentuar que a forma é, efectivamente, púnica, parecendo óbvio que estes exemplares ocidentais, mesmo os produzidos em contexto indígena, são pelo menos inspirados em modelos centro mediterrâneos.

Esta mesma forma D de Pellicer, mas na sua variante D3, é também abundante nos níveis da segunda Idade do Ferro de Castro Marim (Fig. 9). São ânforas ainda de bordo reentrante, mas a existência de um lábio destacado da parede do ombro através de uma canelura, distingue-as das anteriores. Tudo indica que se trata de produções indígenas, não havendo indícios de ânforas com estas características formais fabricadas em contexto púnico. As pastas são muito homogéneas, mas distintas das que caracterizam o grupo precedente. Evidenciam cozeduras fortes, são de cor laranja, por vezes com núcleo cinzento. Possuem abundantes e.n.p. (calcites, feldespatos, grãos de quartzo, escassas micas e raros elementos silto ferruginosos) de reduzidas e médias dimensões, que provocam uma textura arenosa. Estão cobertas por um engobe, pouco espesso, de cor bege ou castanho claro.

A enumeração exaustiva dos sítios arqueológicos onde se registaram ânforas dos mesmos tipos das que surgiram em Castro Marim parece, desnecessária. Mas é importante que se refira que são peças relativamente comuns, entre o século V e os finais do II a.C., num grande número de sítios costeiros do Sul peninsular, desde o País Valenciano até à Andaluzia, sendo muito frequentes na área de Cádiz, no vale do Guadalquivir (Macareno) e em Huelva (La Tiñosa).

No território actualmente português, a inexistência de conjuntos publicados de ânforas pré-romanas talvez explique a aparente não importação de produtos alimentares da baía do Mediterrâneo Ocidental, que, no entanto, se documentou também no Algarve, no Cerro da Rocha Branca. É de facto impressionante a semelhança entre os tipos anfóricos, dos séculos V a III a.C., recolhidos em ambos os sítios, semelhança que aliás também se observa entre o restante espólio, nomeadamente na cerâmica ática.

Neste trabalho, não posso deixar de referir ainda um grupo de ânforas que, apesar de serem datáveis da época tardo-republicana, possuem ainda características formais eminentemente «púnicas». Sem querer questionar que a sua importação remete para um âmbito comercial estritamente romano, o certo é que as suas características morfológicas indicam uma evidente perduração dos modelos púnicos, independentemente de não poder atribuir-lhes, com segurança, uma origem concreta.

Num nível arqueológico datado da segunda metade do século I a.C., e paralelamente a importações itálicas (ânforas Dressel I, cerâmica campaniense

da classe B-oide, cerâmica de paredes finas) e béticas (ânforas da Classe 67), pude recolher ânforas de produção ocidental, onde, para além de um apreciável conjunto de Maña C2, se destacam ânforas sem colo e corpo cilíndrico. O conjunto pode dividir-se em dois grandes grupos. Um é composto por ânforas com bordo reentrante, espessado internamente e ombro inexistente (Fig. 10 e Fig. 11, n.º 4 e 5). As suas características formais parecem indicar que se trata de uma forma que evolui a partir do tipo 8.1.1.2. Os restantes fragmentos pertencem a ânforas de boca muito estreita, bordo ligeiramente engrossado e ombro quase horizontal, que se separa da parede através de uma carena bem marcada (Fig. 11, n.º 1-3).

Sabe-se muito pouco acerca da produção e difusão destes tipos anfóricos tardo-republicanos, podendo apenas dizer-se que o segundo tipo está igualmente representado em outros contextos da mesma época, concretamente no Pedrão (Silva e Soares), na Alcáçova de Santarém e, também no Algarve, no Cerro do Cavaco. As características das pastas dos exemplares de Castro Marim permitem, no entanto considerar que estas produções tenham origem na área do Estreito de Gibraltar. O que parece evidente é o carácter «púnico» que as formas assumem, distanciando-se consideravelmente dos modelos gregos ou itálicos.

2.2.2. Os vasos de mesa

No que se refere à cerâmica de mesa, revestem-se também de considerável importância as importações de pratos e pequenas taças das chamadas produções de Kouass. Estas registaram-se em níveis onde a cerâmica grega já não está presente, e que a sequência estratigráfica observada permite datar entre a segunda metade do século IV a.C. e o século III a.C. (Arruda, 1997; 2000).

Do ponto de vista formal estas importações incluem apenas duas formas, concretamente:

1. taças da forma 27 da classificação de Lamboglia (Fig. 12, n.º 7 e 8);
2. pratos de peixe da forma 23 da mesma tipologia Fig. 12, n.º 1-6).

As pequenas taças da forma 27 dominam no conjunto, e apresentam bordo reentrante e parede com clara inflexão, por vezes quase angulosa. O pé é destacado e anular. Os exemplares de Castro Marim possuem todos engobe vermelho acastanhado ou alaranjado que cobre sempre a parede interna, e que por vezes cobre também a parede externa e nunca surge no pé. Têm pastas bem depuradas e excelente cozedura.

Estas taças relacionam-se directamente, no que se refere à forma, com produções de verniz negro, tanto áticas como da Magna Grécia (Morel, 1981).

Os pratos de peixe têm pé individualizado e anular, e lábio exvertido e pendente. Estão cobertos por um engobe vermelho acastanhado ou negro que adquire por vezes uma tonalidade esverdeada. À semelhança das taças da forma 27, é também na cerâmica ática que estas produções se inspiram.

Os pratos de peixe da forma 23 de Lamboglia foram incluídos na espécie 1120 de Morel, sendo fácil inserir os exemplares de Castro Marim na série 1121 desta mesma tipologia, para a qual o investigador francês aponta uma cronologia entre meados do IV e o século III a.C. (*ibid.*).

Tanto as taças como os pratos de peixe de Castro Marim possuem características comuns ao nível do fabrico, verificadas tanto nos engobes como nas pastas e tratamento das superfícies, tudo indicando, portanto, que têm a mesma origem. Fabricadas em Atenas e na Magna Grécia com as superfícies cobertas por verniz negro, estas duas formas são também produzidas em oficinas ocidentais, sendo aqui o verniz negro substituído por engobes de melhor ou pior qualidade.

O seu fabrico está atestado tanto em Ibiza (Amo, 1970; Guerrero, 1980), como no Norte de África (Ponsich, 1968), sendo também de admitir que foram produzidas no Sul da Andaluzia, nomeadamente em fornos da área gaditana.

As características físicas que os exemplares de Castro Marim apresentam não permitem afirmar, com muita segurança, o local exacto da exportação. Sem as necessárias análises químicas e petrográficas não parece possível precisar claramente a sua origem. No entanto, e talvez porque as produções marroquinas estão melhor documentadas, a hipótese africana ganha alguma consistência. De facto, as peças de Castro Marim apresentam extraordinárias semelhanças com as produções do sítio marroquino de Kouass, quer ao nível das pastas, engobes e tratamentos das superfícies, quer morfologicamente. Por enquanto, pouco se sabe dos tipos de pastas e detalhes formais da produção gaditana, o que não permite avaliar a relação entre esta e os vasos que recolhi no Castelo de Castro Marim.

Em Portugal, as taças da forma 27 são, por enquanto, desconhecidas e os pratos de peixe da forma 23 apenas se registaram em Miróbriga, Santiago do Cacém (Soares e Silva, 1979) e na área urbana de Faro (materiais inéditos depositados no Museu lapidário Infante D. Henrique — Faro).

Em Espanha, ambas formas estão bem documentadas em numerosos sítios arqueológicos, desde a região Valenciana à Andaluzia Ocidental, em níveis datados desde o século IV ao II a.C. Deve, contudo, notar-se que os pratos de peixe datados do século II a.C., por exemplo em La Tiñosa — Lepe (Belém e Fernandez Miranda, 1978) e Cabezo de S. Pedro — Huelva (Belém

et al., 1977) possuem diferenças acentuadas em relação aos de Castro Marim, no que se refere ao perfil do pé, que, no caso das estações espanholas, quando é indicado, apresenta base plana.

Deve ainda destacar-se o aparecimento, em níveis que devem datar-se do século IV a.C., dos chamados pratos de peixe de tradição fenícia, decorados com linhas e bandas concêntricas (Fig. 13). Trata-se de vasos de bordo simples, largo e aplanado no interior, fundo interno com cavidade central, pé apenas indicado, base plana e parede externa convexa. Existem também exemplares, cujos bordos, sem espessamento interno, apresentam pequeno lábio exterior e pendente, de perfil rectangular, parede externa rectilínea e fundo destacado da parede externa, características que os aproximam, ao nível morfológico, dos modelos áticos ou de Kouass, distinguindo-se deles, no entanto, pelo tratamento das superfícies (Fig. 13, n.º 2). Ambos os tipos estão decorados na superfície interna com bandas e linhas concêntricas, pintadas de vermelho e negro respectivamente.

Este tipo de prato tem sido reconhecido em numerosos sítios da Andaluzia Ocidental, muito especialmente em Huelva (Belén Deamos *et al.* 1977) e em La Tiñosa (Belén Deamos e Fernandez Miranda, 1978). Na área mediterrânea, existem também documentados exemplares provenientes de Ibiza (Tarradel e Font, 1975) e do Cerro del Villar (Arribas e Arteaga, 1975).

Torna-se difícil avaliar se a produção destes pratos se efectuou localmente, ou, pelo contrário, se estamos perante materiais importados. No entanto, a semelhança formal e decorativa que se pode verificar entre os exemplares de Castro Marim e os que se recolheram em La Tiñosa permite considerar a hipótese da existência de um único atelier que abastecia os dois sítios.

3. O restante Algarve

Apesar de ser já razoável o número de sítios algarvios ocupados durante a segunda metade do I milénio a.C., onde ocorreram intervenções arqueológicas recentes, apenas estão disponíveis os dados referentes ao Cerro da Rocha Branca, em Silves, não havendo elementos que permitam uma qualquer reflexão sobre, Tavira, Faro, Vila Velha de Alvor e Monte Molião.

No povoado de Silves, verifica-se que a grande maioria dos grupos cerâmicos «púnicos» identificados em Castro Marim estão também presentes, nomeadamente as produções ditas de Kouass (Gomes, 19993: p. 80) e as ânforas, concretamente do tipo 8.1.1.2. (*ibid.*: Fig. 15, n.º 18) e da forma D3 de Pellicer (*ibid.*: Fig. 15, n.º 14, 15 e 16).

As semelhanças entre a cultura material de Castro Marim e do Cerro da Rocha Branca, da segunda metade do I milénio, estende-se ainda a outro espólio a que, por razões óbvias, não se fez referência neste trabalho, mas que importa agora referir brevemente. Falo nomeadamente da cerâmica ática e de um vasto conjunto de outros materiais, de que são exemplo os vasos fechados de corpo globular decorados com bandas paralelas e concêntricas e linhas ziguezagueantes.

4. Discussão

Os dados que atrás enunciei merecem ainda um breve comentário final, que lhes forneça o devido enquadramento e os discuta em termos da problemática que o tema deste colóquio sugere.

Em primeiro lugar, importa destacar que no Algarve, e diria mesmo na totalidade do território actualmente português, não se registam importações cartaginesas, sendo muito raras as peças produzidas em áreas púnicas em sentido estrito. De facto, só no que se refere à cerâmica de mesa existe a possibilidade de os pratos de peixe da forma 23 e de as taças da forma 27 terem sido produzidas em Kouass, apesar de, por enquanto, não poder descartar-se a hipótese de um fabrico gaditano. Relativamente às ânforas, a análise do conjunto de Castro Marim evidencia importações maciças da Andaluzia Ocidental, tudo indicando que a Baía de Cádiz foi a região que, maioritariamente, abasteceu este sítio algarvio. De facto, não parece de considerar a hipótese de as ânforas do tipo D4 de Pellicer Catalán serem provenientes da Sardenha, sendo provável que tenham origem em centros produtores indígenas, havendo, como já referi, indícios de que a sua produção possa ser local.

Por outro lado, devo insistir no paralelismo existente entre a cultura material da segunda metade do I milénio a.C. reconhecida no Algarve e aquela que se identifica na Andaluzia Ocidental (entre muitos outros sítios, Huelva, La Tiñosa, Tejada la Vieja, Doña Blanca, Cerro Macareno), na mesma época. Esse paralelismo ultrapassa em muito o nível das importações, tendo sido possível de verificar também num numeroso grupo de produções cerâmicas de uso comum. É o caso de:

1. vasos fechados de corpo globular decorados com bandas paralelas e concêntricas e linhas ziguezagueantes (Arruda, 1997: Fig. 7 e 8);
2. pequenas taças e pratos em calote, com pé destacado e base plana.

caracterizados ainda por possuírem uma banda pintada na superfície interna em zona contígua ao bordo (*ibid.*);

3. taças em calote de bordo simples, pé destacado e base plana ou convexa;
4. taças fundas de grande diâmetro, corpo semiesférico, separado do bordo, exvertido e espessado, por um colo curto e troncocónico.

Assim, penso que fica claro que, na segunda metade do I milénio a.C., o Algarve tinha profundas ligações à região localizada a Este do Guadiana, estando intimamente conectado com o mundo turdetano, devendo ainda destacar-se que os dados recuperados evidenciam o carácter mediterrâneo dos conjuntos artefactuais da Idade do Ferro desta ampla região. O Algarve partilhou, pois, nesta época, com a Andaluzia ocidental um conjunto muito significativo de tipologias e funcionalidades de sítios e também artefactos, centros exportadores, hábitos de consumo e actividades económicas. Esta partilha evidencia, em meu entender, um único esquema cultural e um único cenário social e é revelador de que o Algarve litoral se constitui como uma extensão do território a oriente do Guadiana

Neste contexto, parece útil lembrar que Estrabão descreve em bloco toda a região «... entre o Cabo Sagrado e as Colunas.» (III, 2, 4), apesar de, em passo anterior, ter indicado que a Turdetânia estava «... limitada a Ocidente e a Norte pelo curso do Anas» (III, 2, 1).

Em termos sociais, políticos e sobretudo económicos tudo indica que esta ampla Turdetânia estava vinculada a Cádiz, que representaria, nesta época, como aliás em momento anterior, um papel determinante na organização territorial e comercial de uma extensa região. Por Gadir, o grande centro redistribuidor dos produtos mediterrâneos para Ocidente, passaria todo o comércio com o Atlântico, cujos sítios seriam abastecidos de produtos alimentares e manufacturados pela antiga colónia fenícia. A cerâmica ática, primeiro, e os possíveis produtos norte africanos, mais tarde, encontrados nos povoados localizados a Ocidente de Cádiz, foram certamente adquiridos a comerciantes gaditanos, que, paralelamente aos produtos importados, venderiam também os que resultavam das actividades produtivas do seu próprio território, concretamente os preparados piscícolas, como ficou demonstrado pelas abundantes ânforas produzidas na baía gaditana.

Não me atrevendo a chamar «púnicos» à população de Gadir, tenho de reconhecer que o Algarve manteve com os antigos colonos fenícios, que aí permaneceram após o final do século VI a .C., relações privilegiadas, senão mesmo de dependência, pelo menos em termos do comércio a longa distância.

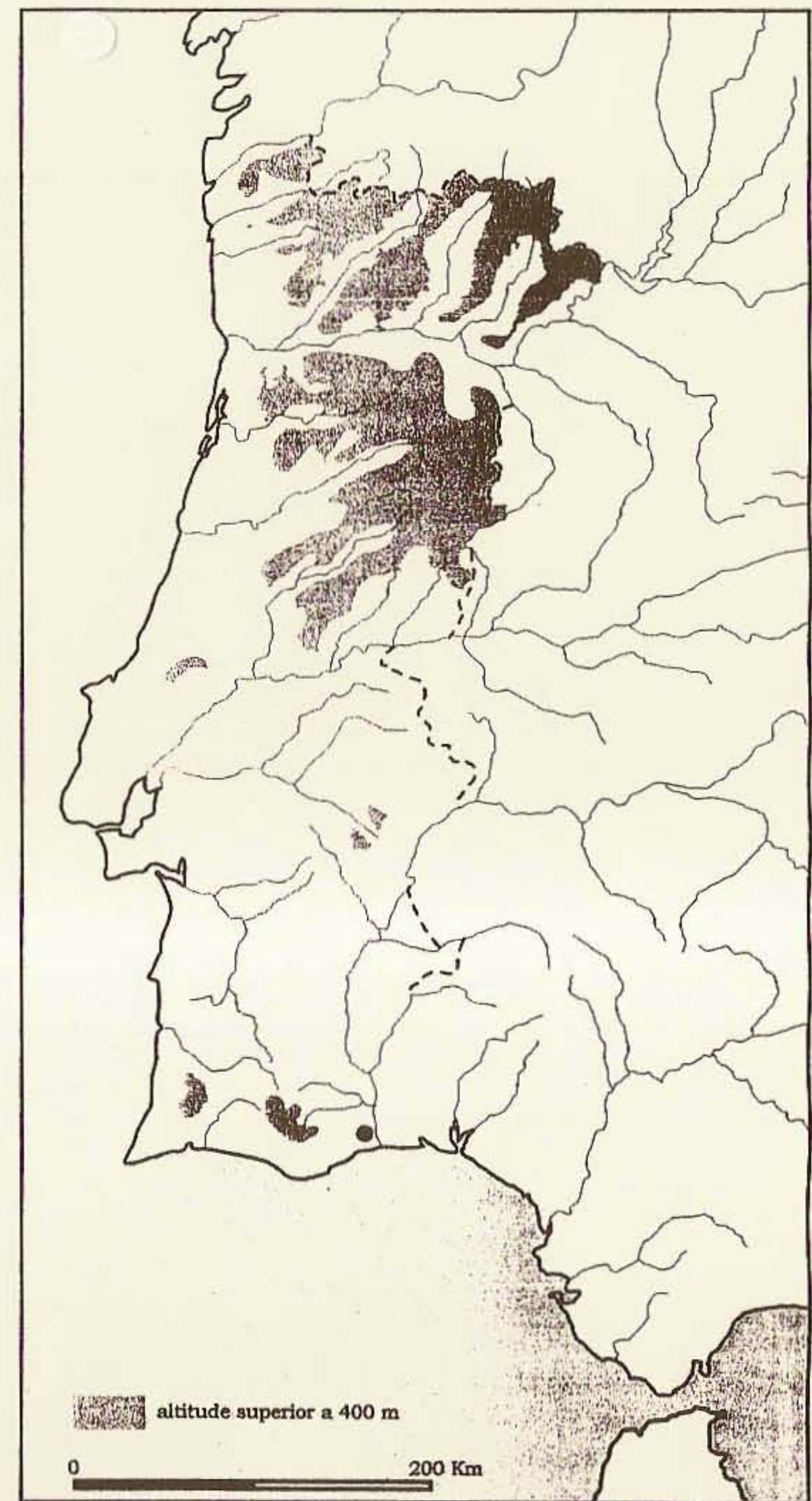


Fig. 1 — Localização de Castro Marim, no território actualmente português (base cartográfica de Victor S. Gonçalves, 1989).



Fig. 2 — Ânforas RI. n.º 1 e n.º 2: tipo 10.1.2.1 de Ramón Torres (escala 1:2); n.º 3 tipo afim do 10.2.2.1. de Ramón Torres.

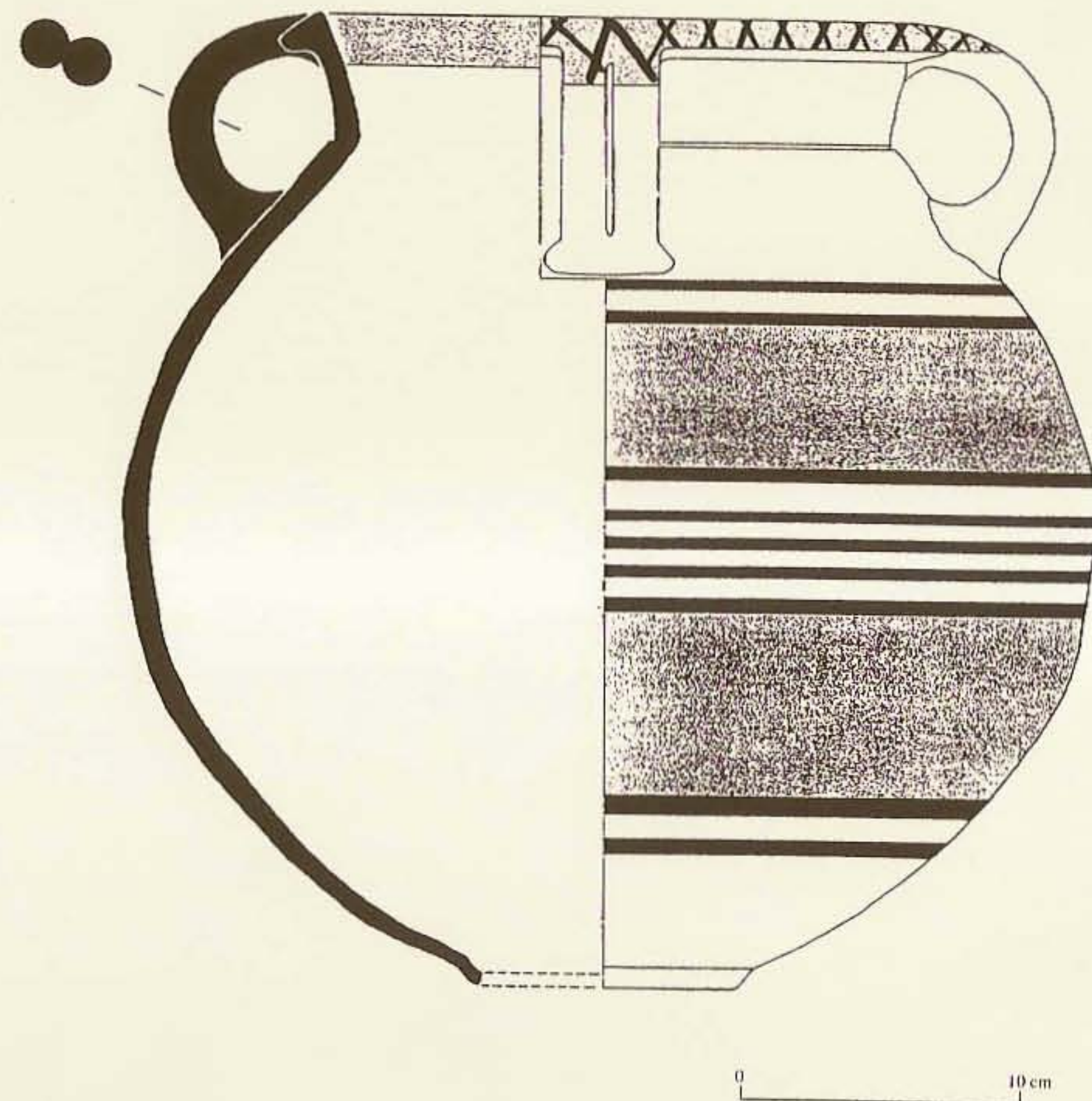


Fig. 3 — Vaso pintado em bandas dos níveis da I Idade do Ferro.

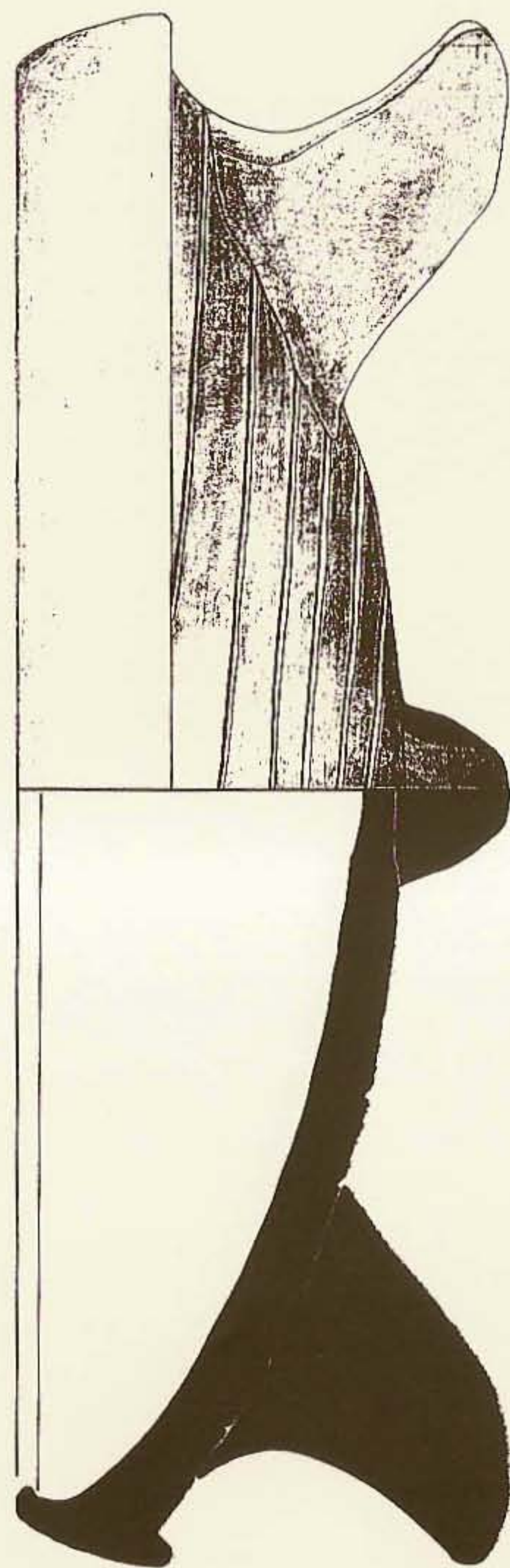


Fig. 4 — Tripode dos níveis da I Idade do Ferro.

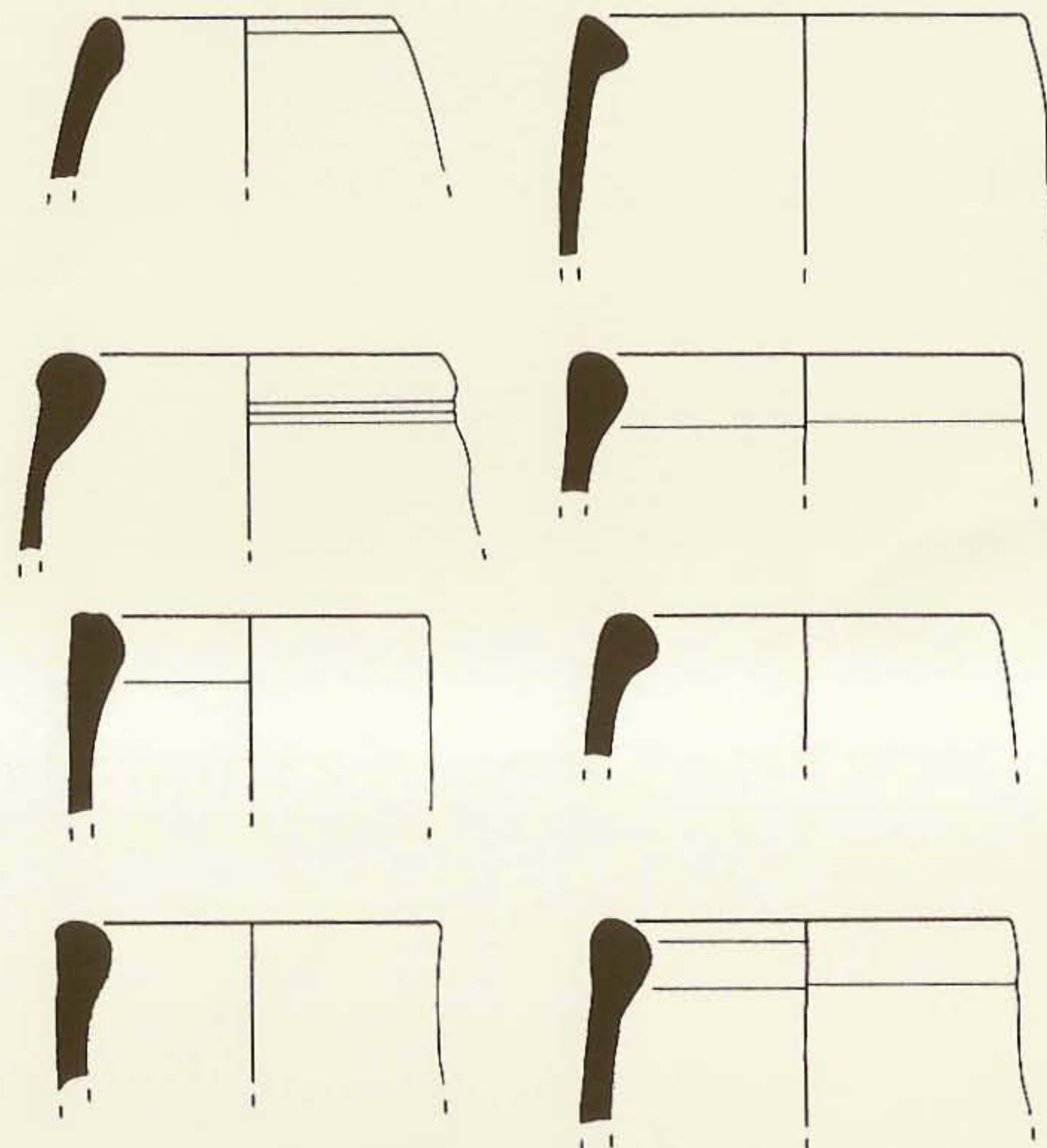


Fig. 5 — Ânforas do tipo 8.1.1.2. de Ramón Torres.

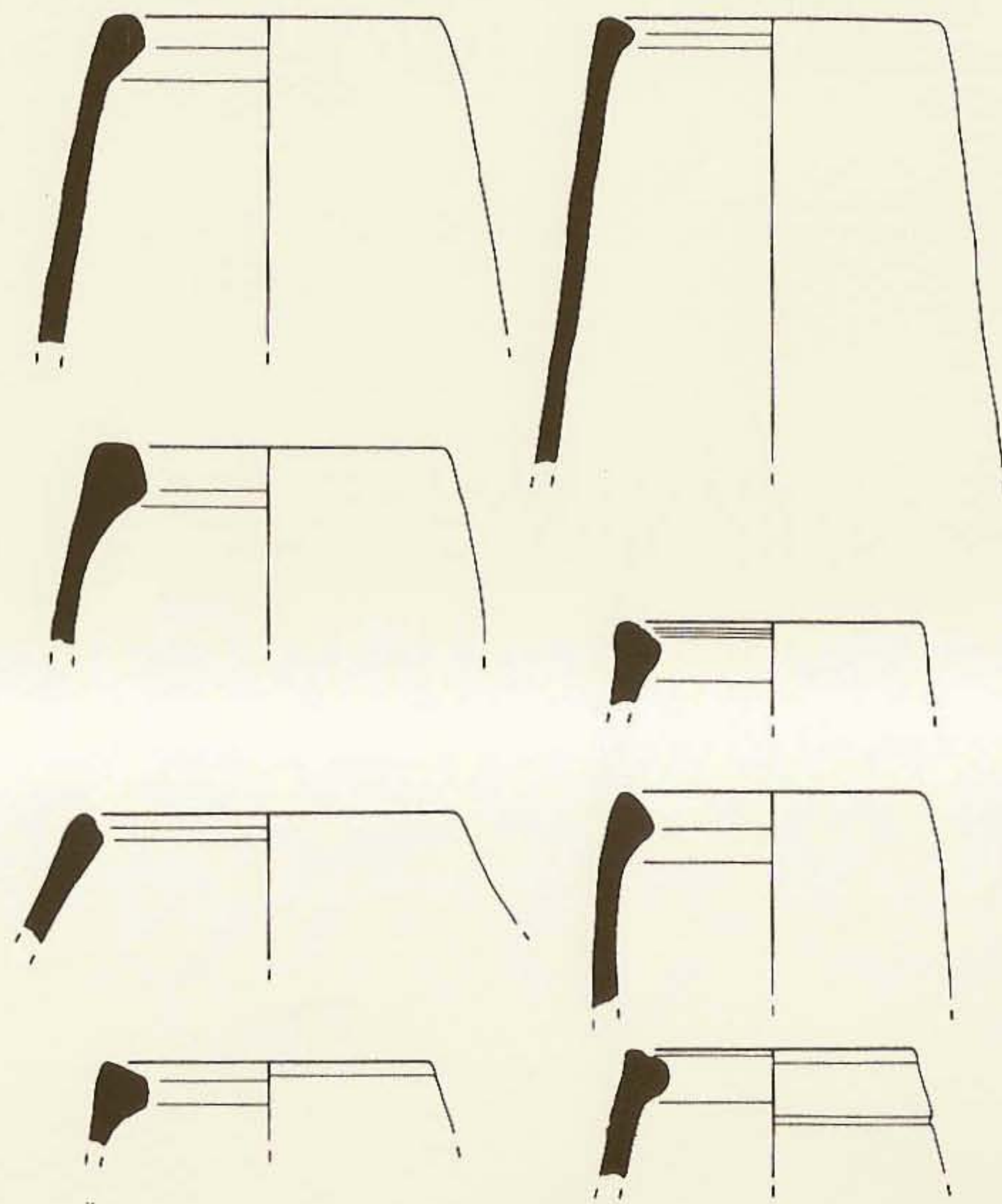


Fig. 6 — Ânforas do tipo 8.1.1.2. de Ramón Torres.

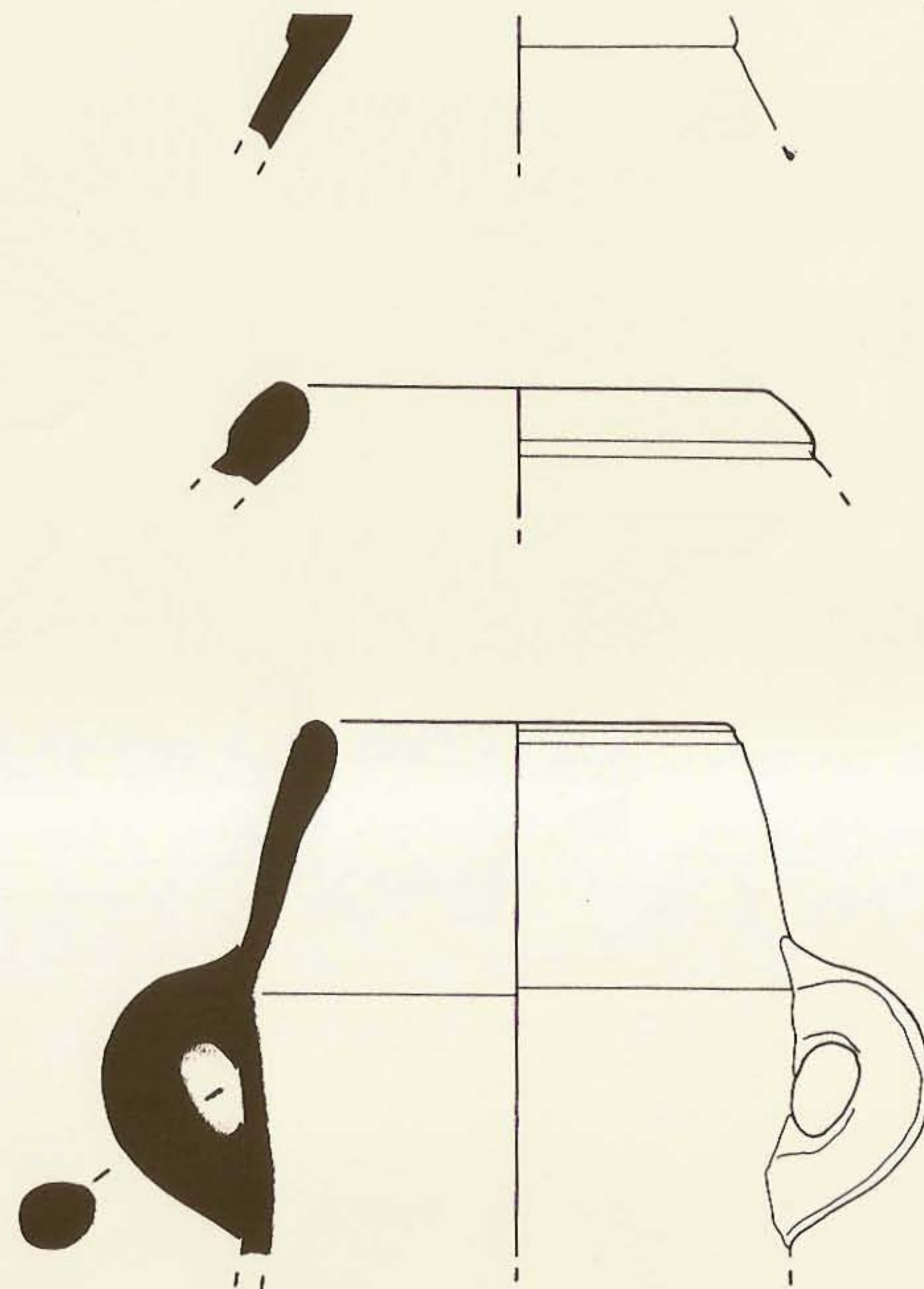


Fig. 7 — Ânforas Mañá Pascual A4.

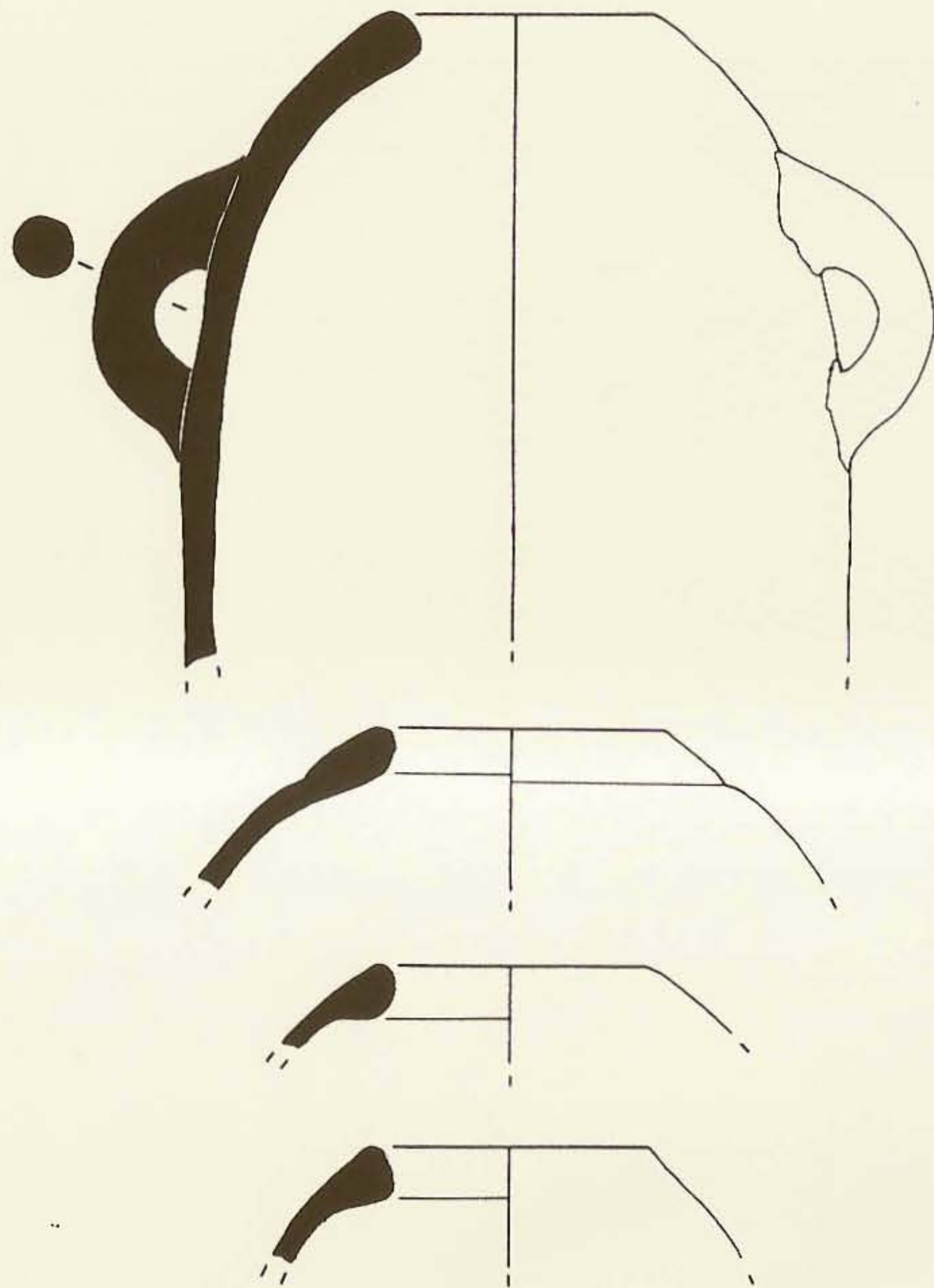


Fig. 8 — Ânforas da forma D4 de Pellicer.

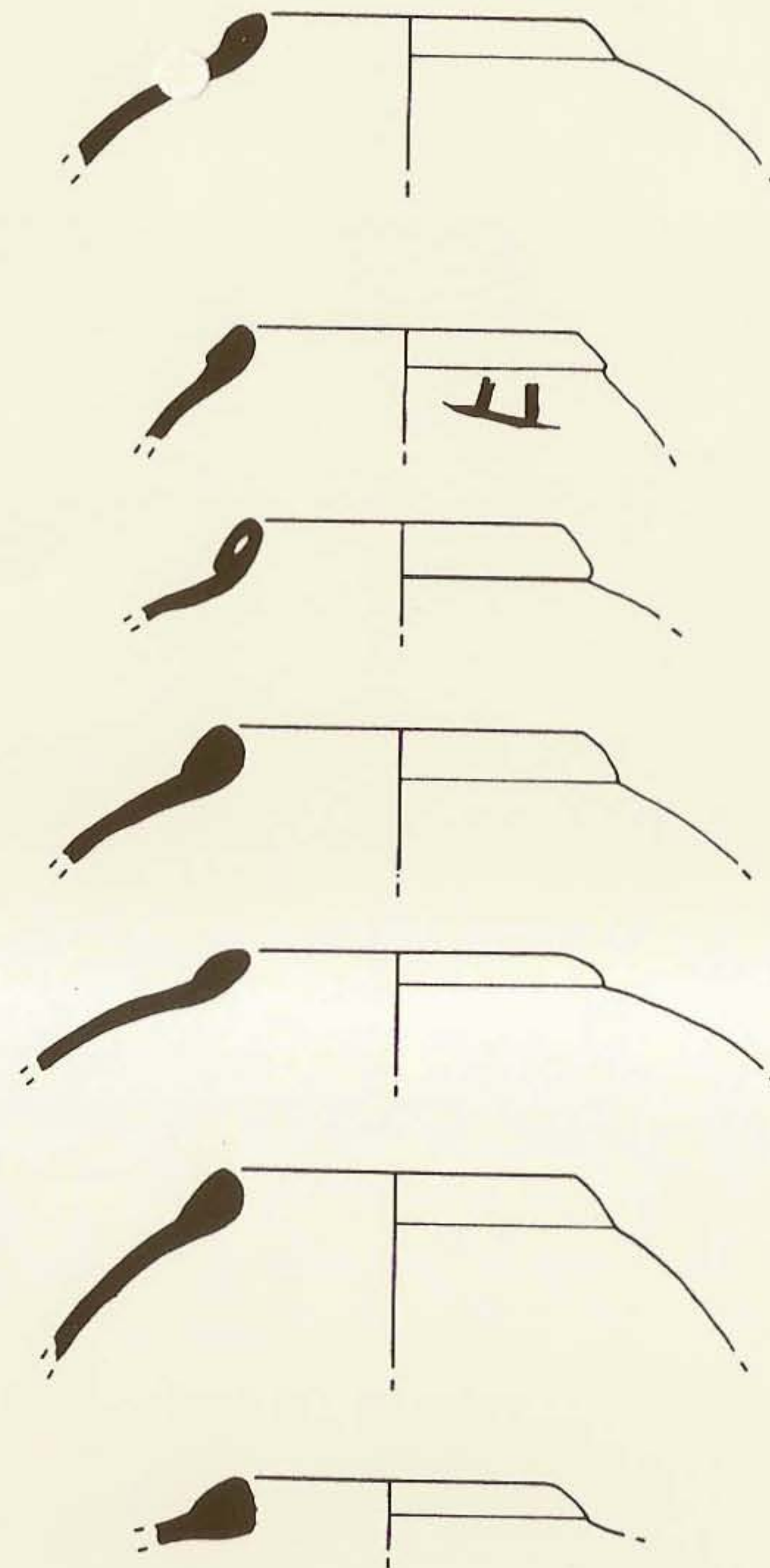
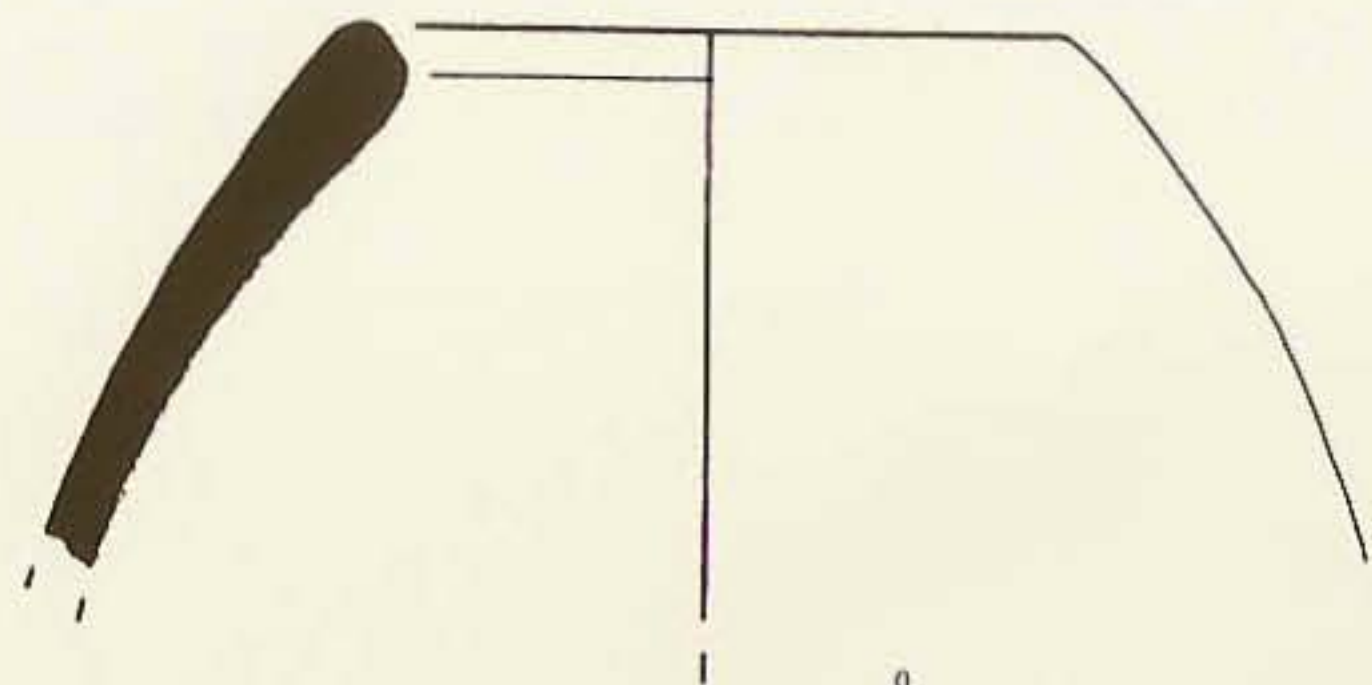
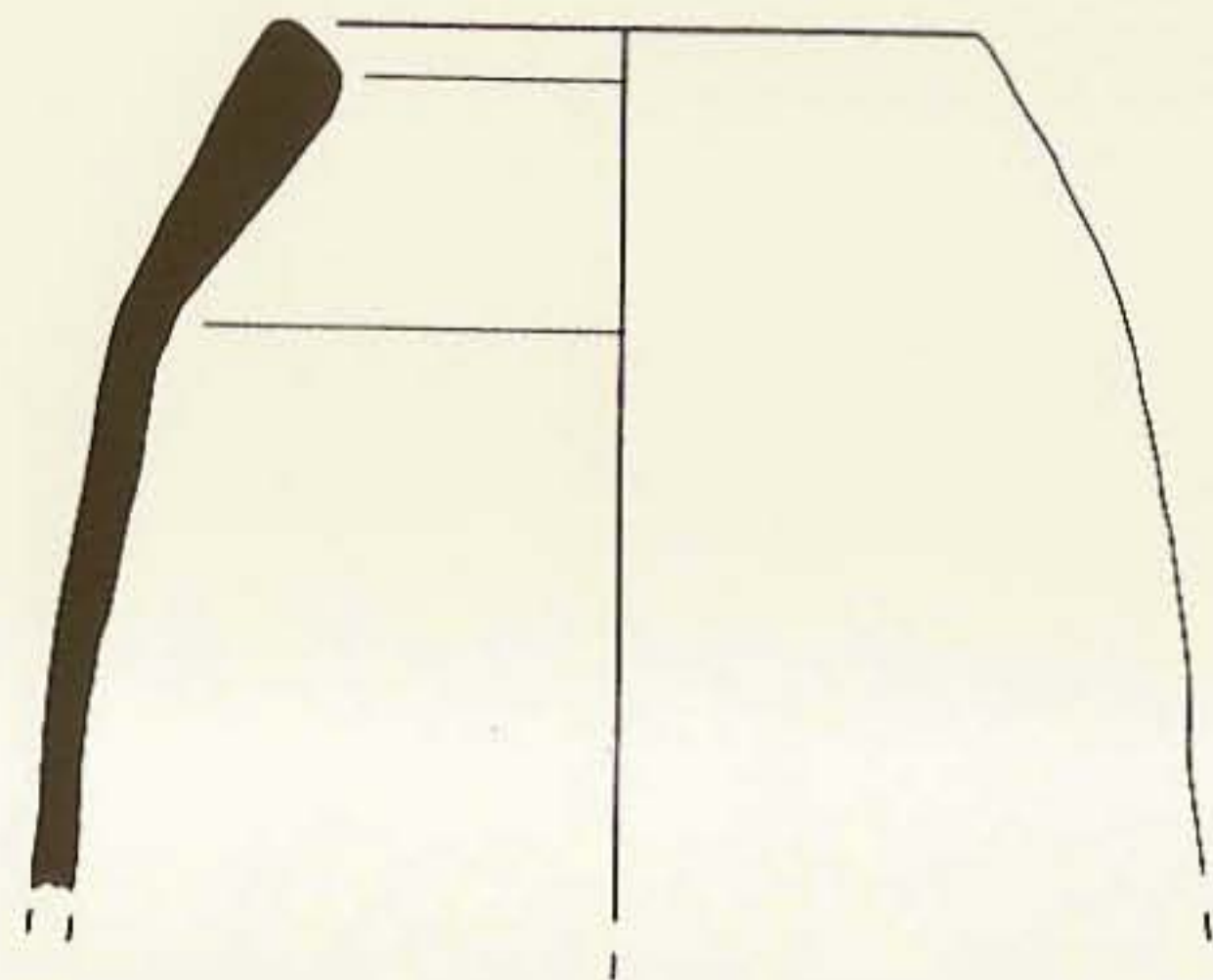
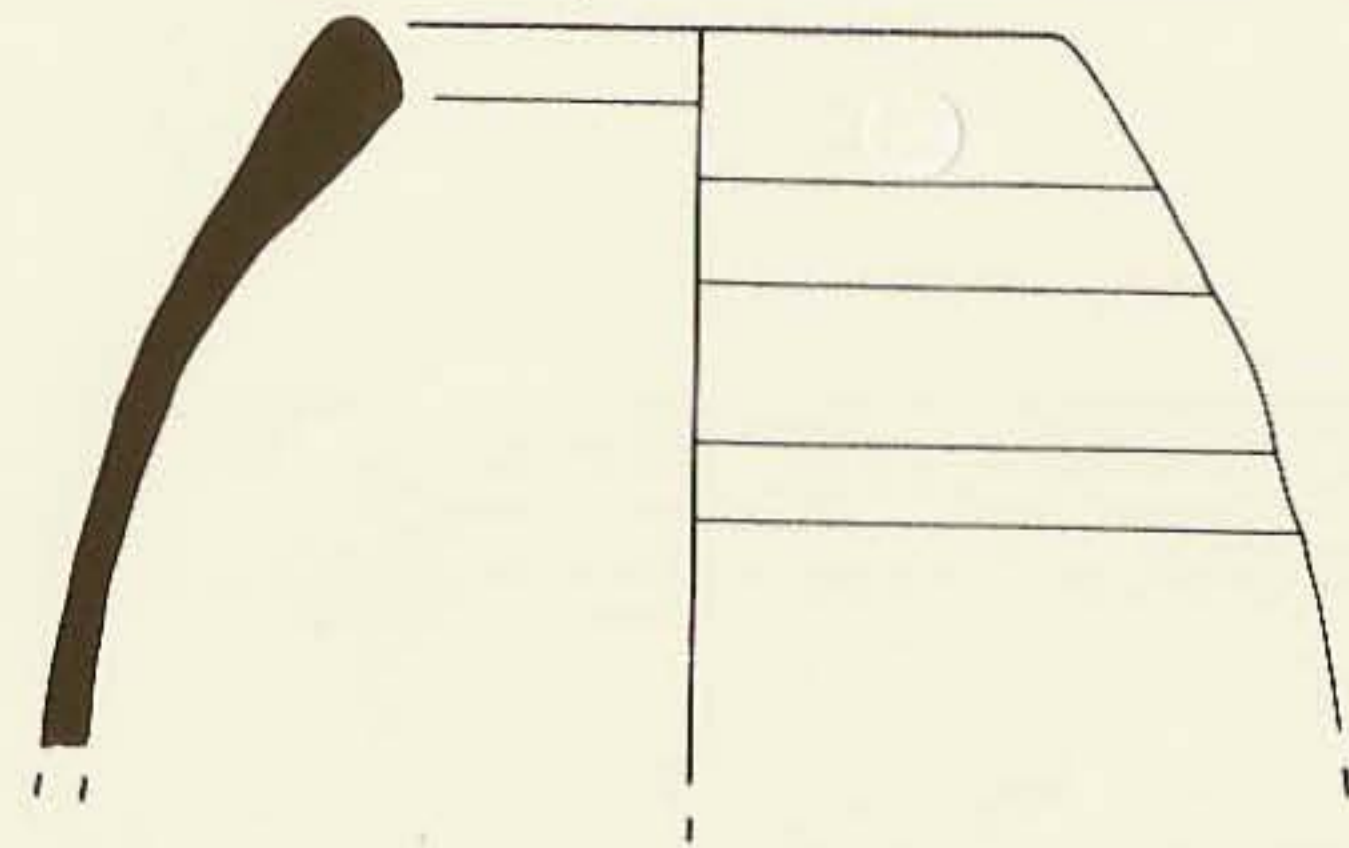
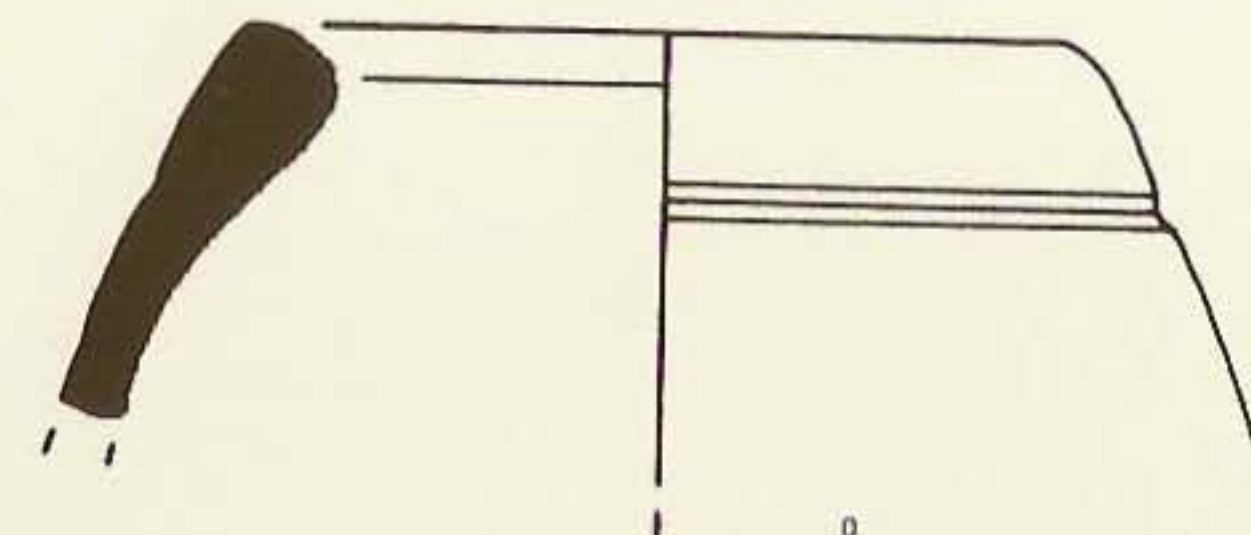
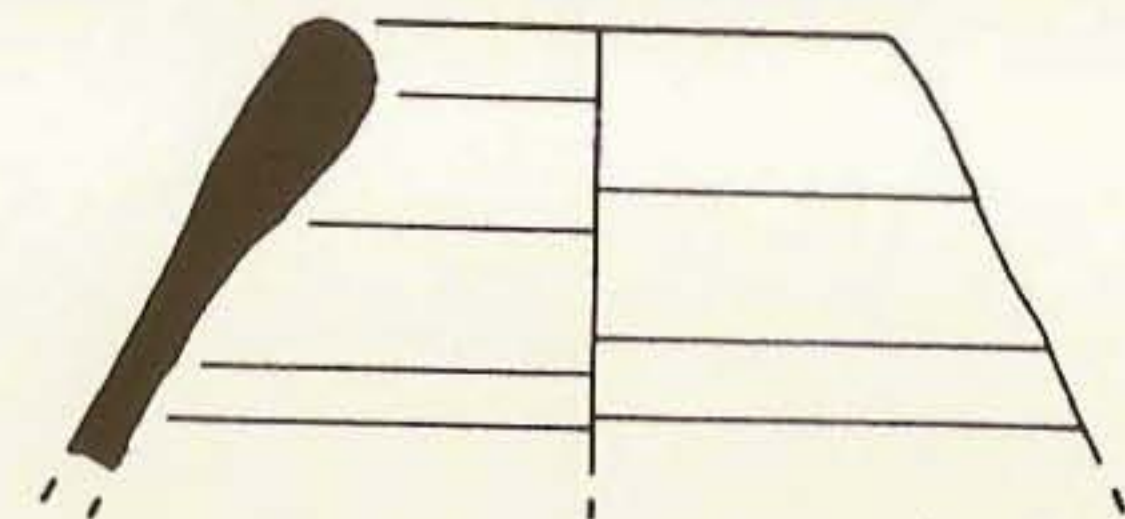
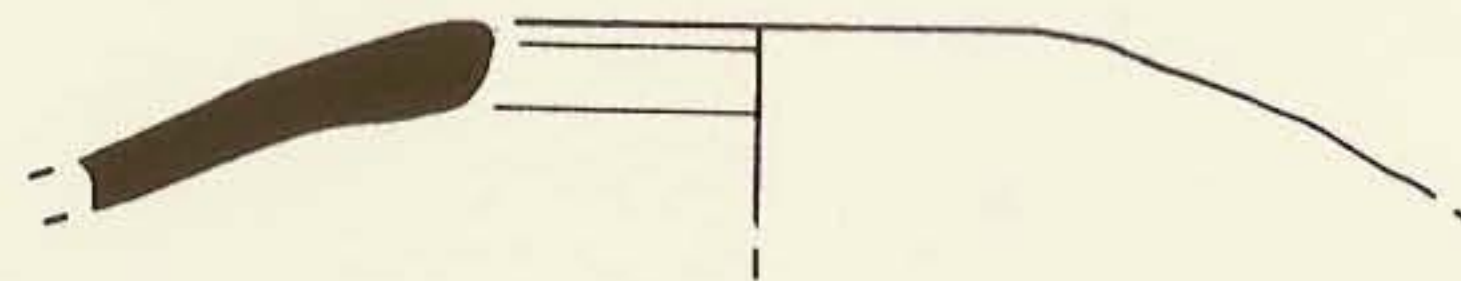
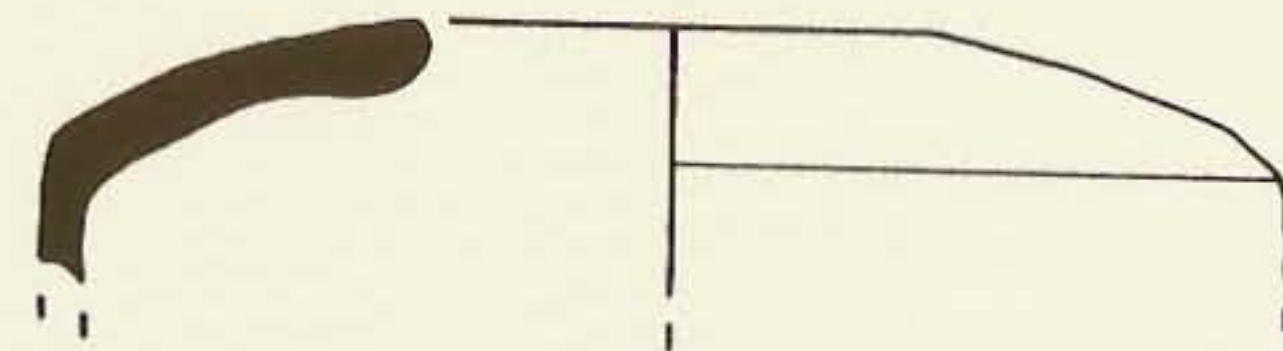
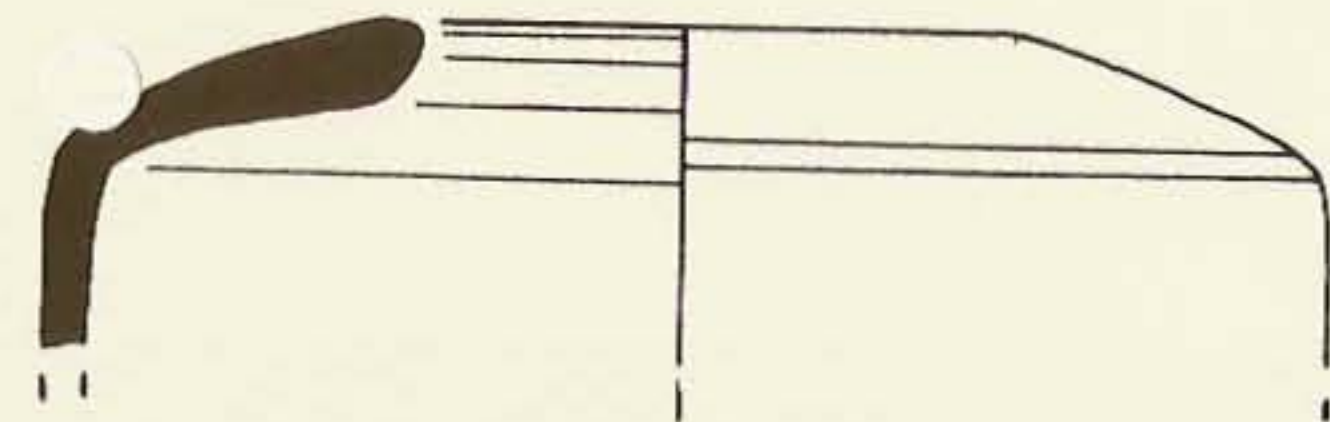


Fig. 9 — Ânforas da forma D3 de Pellicer.



0 10 cm

Fig. 10 — Ânforas republicanas de formas «punicizantes».



0 10 cm

Fig. 11 — Ânforas republicanas de «formas punicizantes».

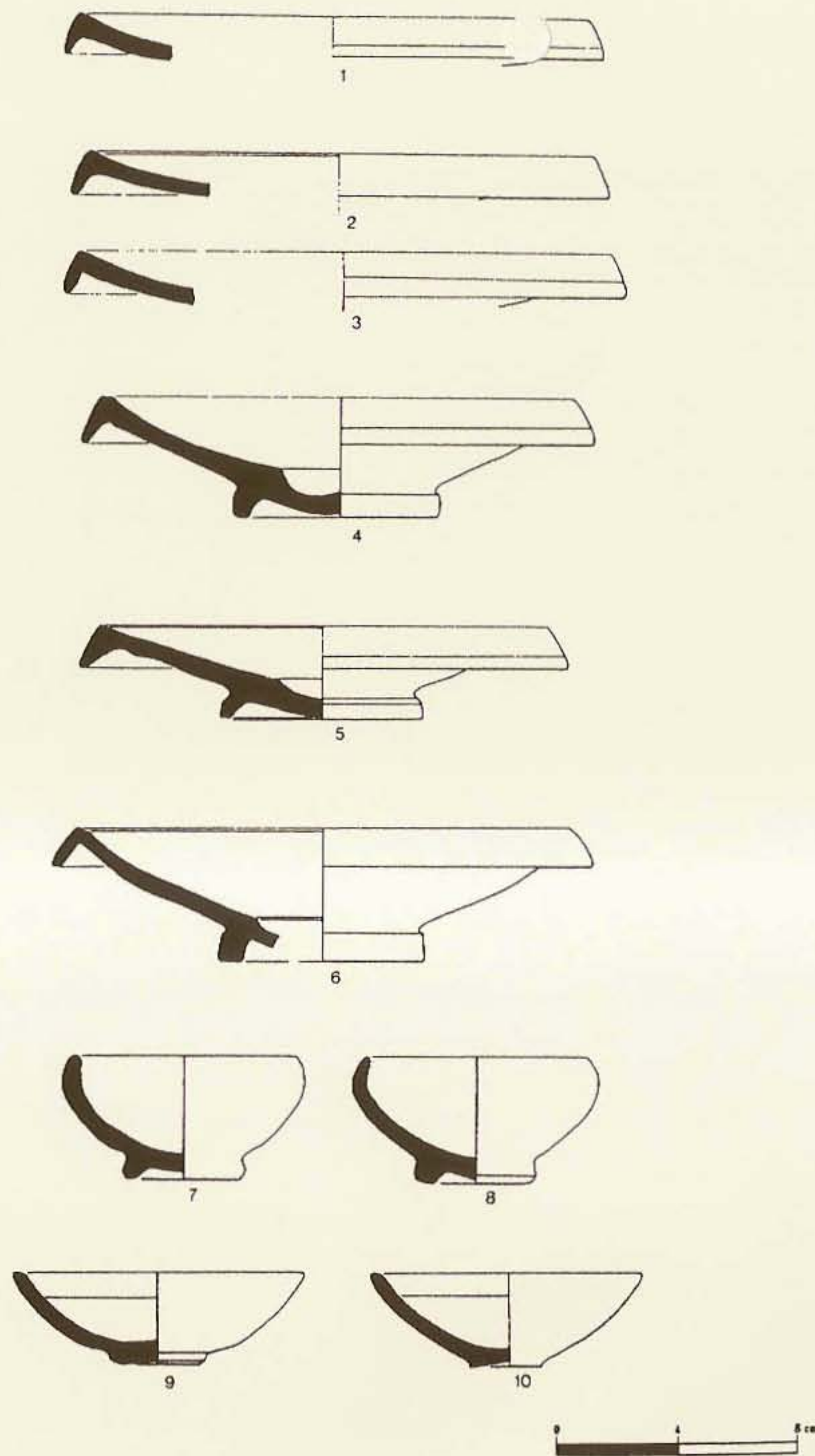


Fig. 12 — N.º 1-6: Pratos de peixe da forma 23 de Lamboglia; n.º 7 e 8 Taças da forma 27 de Lamboglia

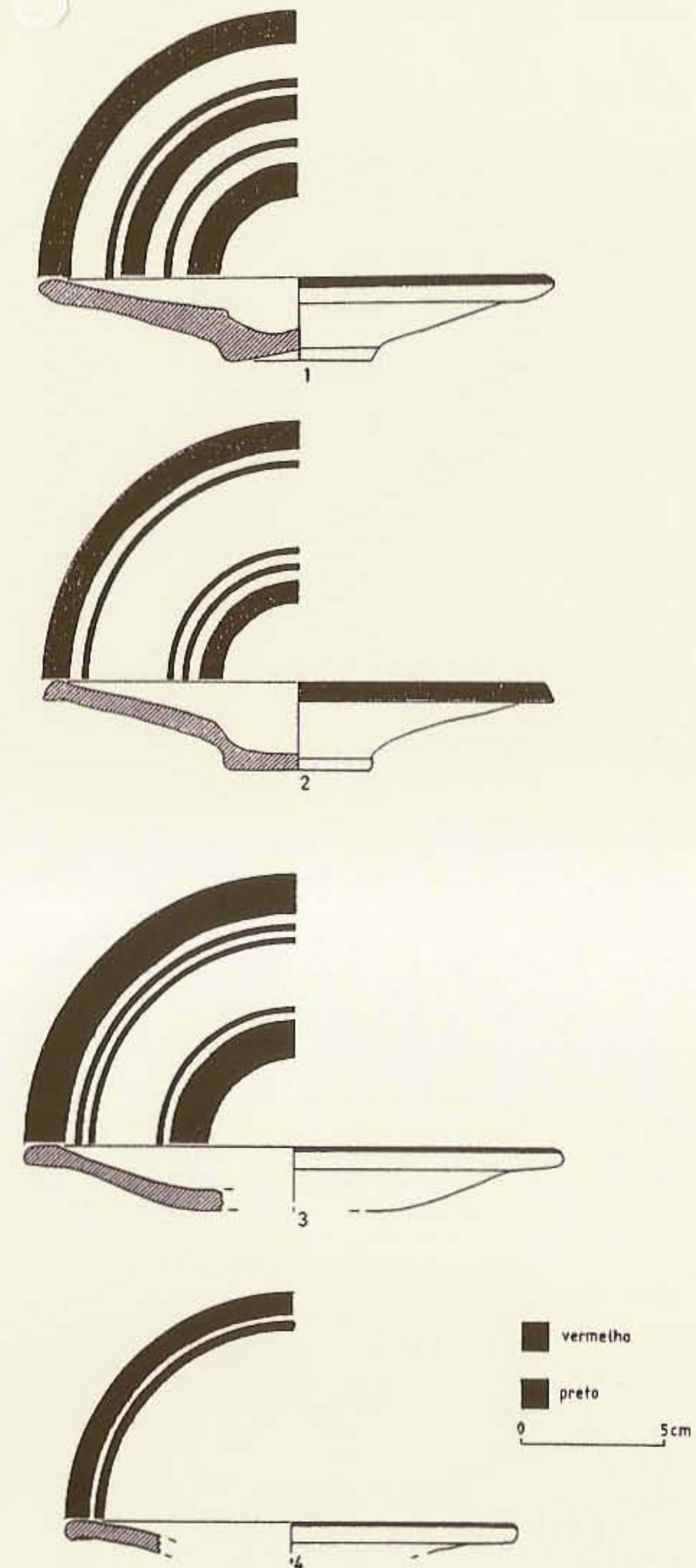


Fig. 13 — Pratos de peixe decorados na superfície interna com bandas concêntricas.

BIBLIOGRAFIA

- AMO, M., (1970) — La ceramica campaniense de importación y las imitaciones campanienses de Ibiza. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: CSIC, 27, p. 201-256.
- ARRIBAS, A. e ARTEAGA, O., (1975) — El yacimiento fenicio de la desembocadura del Rio Guadalhorce (Málaga). Granada: Universidad. Série Monográfica.
- ARRIBAS, A. e ARTEAGA, O. (1976) — Guadalhorce — Eine Phoniko-Punische Niederlassung bei Malaga. MM. Madrid: DAI, 17, p. 180-208.
- ARRUDA, A. M., (1997) — As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim. Lisboa: Colibri.
- ARRUDA, A. M., (2000) — As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim no âmbito do comércio ocidental dos séculos V a I a.C. In «Actas do IV Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos» Cádiz: Universidad.
- ARTEAGA, O. e SERNA, M.R., (1975) — Los Saladares 71. NAH. Madrid: Ministerio de Cultura, 3, p. 9-90
- AUBET SEMMLER, M. E., (1976-78) — La cerámica a torno de la Cruz del Negro (Carmona-Sevilla). Ampurias (Actas do Simposi Internacional els orogens del món ibèric), Barcelona: Diputació de Barcelona, Institut de prehistòria i arqueologia, 38-40, p.267-287.
- AUBET, M. E.; CARMONA, P.; CURIÀ, E.; DELGADO, A.; FERNANDEZ CANTOS, A.; PÁRRAGA, M. (2000) — Cerro del Villar — I. El asentamiento fenicio de la desembocadura del Guadalhorce y su interacción con el hinterland. *Arqueologia/Monografias*. Sevilha: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura.
- BARCELÓ, J.; DELGADO, A.; FERNANDEZ, A. e PÁRRAGA, M. (1995) — El área de producción alfarera del Cerro del Villar (Guadalhorce-Málaga). *Rivista di Studi Fenici*. Roma, 23, 2, p. 145-182.
- BELÉN DEAMOS, M. e FERNANDEZ MIRANDA, M., (1978) — La Tiñosa, Lepe, Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva, 4, p. 197-289.
- BELÉN, DEAMOS, M.; FERNANDEZ MIRANDA, M. e GARRIDO, J. P. (1977) — Los orígenes de Huelva. Excavaciones en los Cabezos de San Pedro y La Esperanza. *Huelva Arqueológica*. Huelva, 3.
- BIKAI, P. M. (1978) — The pottery of Tyre. Warminster: Aris & Phillips.
- BLANCO FREIJEIRO, A. LUZON, J. M. e RUIZ MATA, D. (1970) — Excavaciones arqueológicas en el Cerro Salomón, Rio Tinto — Huelva. *Anales de la Universidad hispalense*. Sevilha: Universidad, 4.
- BONSOR, G. (1899) — Les colonies agricoles préromaines de la Vallée du Betis. *Revue d'Archéologie*. Paris, 35, p. 126-270.

- DIOGO, António Dias (1993) — Ânforas pré-romanas dos Chões de Alompé (Santarém). *Estudos Orientais* (Actas do encontro: Os fenícios no território português). Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, 4, p. 229-283.
- FERNADEZ JURADO, Jesus (1988-89b) — Tartesos e Huelva. *Huelva Arqueologica*. Huelva: Diputacion Provincial de Huelva, 10-11, 1.
- GONZÁLEZ PRATS, Alfredo (1985) — Las importaciones y la presencia fenicias en la Sierra de Crevillente (Alicante). In AUBET e OLMO LETE ed (Los fenicios en la Península Ibérica). Barcelona: AUSA, p.279-302.
- GUERRERO AYUSO, V. (1980) — Las ceramias pseudo-campanienses ebusitanas en Mallorca. *Archéologie en Languedoc*, 3, p. 169-194.
- HOZ, J., 1990 — Las fuentes escritas sobre Tartesos. In Tartesos — *Arqueología Protohistorica del bajo Guadalquivir*. Barcelona: AUSA, p. 25-43.
- JODIN, A. (1966) — Mogador comptoir phénicien du Maroc atlantique. Tanger: Editions marocaines et internationales.
- LOPEZ CASTRO, J.L., 1991 — Cartago y la Pnínsula Ibérica: Imperialismo ou Hegemonia. *Trabajos del Museo de Ibiza*. Ibiza: Museu Arqueo-logic d'Eivisa, 25, p. 73-84.
- MONTEAGUDO, I. (1953-54) — Album gráfico de Carmona, por G. Bonsor. AEA. Madrid: Ministério de Cultura, 26, p. 356-370.
- MOREL, J. P., (1978) — Céramique campanienne: les formes. Paris: École Française de Rome.
- PELLICER CATALÁN, M., (1978) — Tipologia y cronologia de las ánforas preromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilha),. Habis. Sevilha: Universidad de Sevilha, 9, p. 365-400.
- PEÑA, M. J., (1976-78) — La (supuesta) clausula refernte al sudeste y al levante peninsular en el tratado entre Roma y Cartago. Ampurias. Barcelona, 38-40, p. 511-530.
- PONSICH, M. (1968) — Les céramiques d' imitation: la campanienne de Kouass, région d'Arcila, Maroc. A.E.A. Madrid: CSIC, 42, p. 56-80.
- RAMÓN TORRES, J. (1994) — El nacimiento de la ciudad fenicia de la bahía de Ibiza. In actas de los coloquios de Cartagena I: el mundo púnico. Historia, Sociedad y Cultura. Biblioteca Básica Murciana (extra). Murcia, p. 325-368.
- RAMÓN TORRES J.dental», Barcelona: Universitat.
- RAMÓN TORRES, J. (1999) — La cerámica fenicia a torno de As Caleta (Eivissa). In La cerámica fenicia en Occidente. Centros de producción y áreas de comercio (Actas del I Seminario Internacional sobre temas fenicios). Valência/Alicante: Direcció genreal d'ensenyaments Universitaris investigació e Instituto de cultura «Juan Gil-Albert», p.149-214.

- RUIZ MATA, D. e PÉREZ, C. J. (1995) — El poblado fenicio del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz). Biblioteca de temas portuenses. Puerto de Santa María: Ayuntamiento, 5.
- SCHUBART, H. e MAASS-LINDEMANN, G. (1984) — Toscanos. El asentamiento fenicio occidental en la desembocadura del Río Velez. Excavaciones de 1971. NAH. Madrid: Ministerio de cultura, 18, p. 31-210.
- SCHUBART, H. e NIEMEYER, H. G. (1969) — La factoría paleopúnica de Toscanos. In V Symposium de Prehistoria Peninsular (Jerez de La Frontera, 1968). Barcelona, p. 203-214.
- SCHUBART, H.; NIEMEYER, H. G. e PELLICER CATALLÁN, M. (1969) — Toscanos, la factoría paleopúnica en la desembocadura del río Velez. EAE. Madrid: CSIC, 66.
- SOARES, J. e SILVA, C. T. (1973) — A ocupação do período proto-romano do Pedrão (Setúbal). In actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, p. 245-305.
- SOARES, J. e SILVA, C. T., (1979) — Cerâmica pré-romana de Miróbriga. Setúbal Arqueológica. Setúbal, 5, p. 159-184.
- TARRADEL, M. e FONT, M. (1975) — Eivissa Cartaginesa. Barcelona.
- VEGAS, M. (1989) — Archaische und Mittelpunische Keramik aus Karthago. Grabungen 1987/88. Mitteilungen des Deutschen Archaeologischen Instituts Roemische Abteilung. Mainz: Verlag Philipp von Zabern, 96, p. 209-259.
- VUILLEMOT, G. (1955) — La nécropole punique du Phare dans l'île de Rachgoun (Oran). Lybica, 3, p. 7-76.
- WAGNER, Carlos, (1999) — Fenicios y púnicos en el norte de África y en el Mediterráneo occidental. In BLÁZQUEZ, J.M., ALVAR, J. e WAGNER, C. «Fenicios y cartagineses en el Mediterráneo». Madrid: Cátedra, p. 451-654.